

CAMPESINATO E MERCADO: A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA, LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ

Genielle Gracheki[1]

Roberto Antônio Finatto[2]

Vitor de Moraes [3]

Círculo de Saber 02: Educação do Campo, formação por área de conhecimento e Agroecologia

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar a relação do campesinato com o mercado por meio da produção e da comercialização de cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul – Paraná. A relevância da pesquisa reside no fato de dar visibilidade à importância da reforma agrária na produção de alimentos agroecológicos e na geração de renda das famílias camponesas. Nesse sentido, destacamos elementos do cotidiano da comunidade estudada, como o trabalho, a organização e a cooperação, que contribuem para a ampliação da autonomia por meio da Agroecologia. A investigação foi desenvolvida com base em revisão bibliográfica e em trabalho de campo, com visitas nas unidades de produção para a realização de entrevistas com cinco camponeses(as). Os resultados evidenciaram a centralidade do trabalho familiar na produção de alimentos agroecológicos, a viabilidade da comercialização e a ampliação da renda por meio das cestas agroecológicas, contribuindo, assim, de forma significativa para a qualidade de vida das famílias do acampamento Recanto da Natureza.

Palavras-chave: Agroecologia; Cestas agroecológicas; Reforma Agrária; Campesinato.

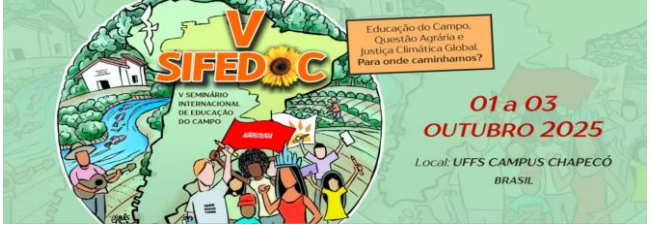
Introdução

Esta pesquisa, resultado do trabalho de conclusão do curso de Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas (Licenciatura) na Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul, teve como objeto de estudo a comercialização de cestas agroecológicas das famílias do acampamento Recanto da

[1] Licenciada em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Laranjeiras do Sul. E-mail: gragenielli@gmail.com

[2] Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: roberto.finatto@ufsc.br

[3] Doutor em Sociedade, Cultura e Fronteiras. Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – *Campus* Laranjeiras do Sul. Pós Doutorando do PPGED – Universidade Tuiuti do Paraná. E-mail: vitor.moraes@uffs.edu.br



Natureza. Foi estudado o processo de produção e venda das cestas agroecológicas e o papel que elas exercem na geração de renda na comunidade.

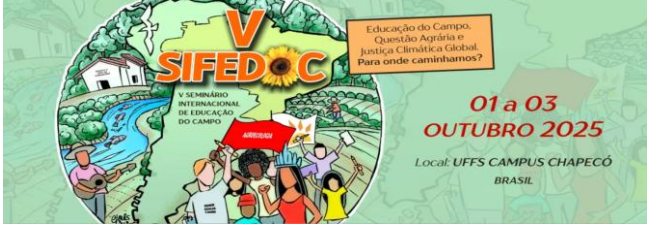
Partiu-se da hipótese de que a comercialização das cestas é fundamental para a resistência ativa do campesinato no caso estudado. Ao mesmo tempo, buscou-se dar visibilidade à produção agroecológica como alternativa para as áreas de reforma agrária. A pesquisa evidenciou elementos do cotidiano da comunidade, como o trabalho, a organização e a cooperação, que contribuem para a geração de renda e para o aumento da autonomia relativa das famílias por meio da produção agroecológica.

A relevância deste trabalho decorre do fato de chamar a atenção para a viabilidade da produção agroecológica pelo campesinato, apesar das dificuldades encontradas. A análise empírica e teórica permitiu compreender alguns aspectos da relação entre o campesinato e o mercado por meio da contribuição das cestas agroecológicas na geração de trabalho e renda das famílias. Ao mesmo tempo, foi possível situar historicamente o acampamento Recanto da Natureza no contexto da questão agrária brasileira.

Assim, o trabalho teve como objetivo geral analisar a relação do campesinato com o mercado por meio da produção e da comercialização das cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul. Os objetivos específicos foram: (a) apresentar algumas características do campesinato no conjunto da questão agrária brasileira; (b) compreender o histórico e a organização do acampamento Recanto da Natureza; (c) analisar a importância das cestas agroecológicas para a geração de renda das famílias camponesas.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido por meio de estudo bibliográfico e de pesquisa de campo. O referencial teórico relacionado à compreensão do modo de produção capitalista, ao conceito e histórico do campesinato e à construção da agricultura no Brasil foi embasado em Oliveira (2001), Octaviano (2010), Ploeg (2016; 2009), entre outros. A compreensão histórica do MST está sintetizada a partir de Morrissawa (2001). Em relação ao conceito e histórico da Agroecologia nos amparamos nas



pesquisas de Altieri (2004), Caporal e Costabeber (2004) e Guhur e Toná (2012). Já o conhecimento do objeto de pesquisa está empiricamente amparado em entrevistas, em observações do trabalho de campo e em informações obtidas no site do acampamento Recanto da Natureza (2023) e em Zeneratti *et al.* (2017).

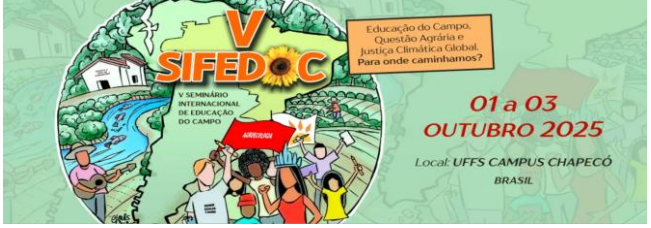
O trabalho de campo para o melhor conhecimento do caso estudado e a realização de entrevistas, com base em roteiro semiestruturado, ocorreu em novembro de 2023 e em janeiro de 2024. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas, sendo três delas com camponeses e duas com camponesas que participam ativamente da produção e da organização das cestas. Um dos entrevistados também trabalha como motorista da associação Terra Livre, sendo o responsável pela comunicação entre os produtores e os consumidores para a efetivação da comercialização das cestas agroecológicas.

A abordagem da pesquisa, portanto, foi qualitativa, buscando compreender diferentes aspectos e dimensões, em profundidade, de um caso específico de comercialização de produtos agroecológicos no contexto da reforma agrária. A pesquisa qualitativa permitiu a conexão entre estudos já realizados sobre o tema em diálogo com os entendimentos dos sujeitos que vivem e testemunham a realidade.

Algumas considerações sobre o mercado e o campesinato

O modelo de produção agropecuário convencional está relacionado ao mercado capitalista. Neste modelo, a produtividade é resultado do uso de uma variedade de fertilizantes químicos e de agrotóxicos em sistema de monoculturas – quando uma única cultura é cultivada em grandes extensões de terra –, aumentando massivamente o risco de problemas, como a degradação do solo e a perda de biodiversidade. O mercado convencional fornece, portanto, insumos para o processo de produção agropecuária e, após a produção, também é utilizado para colocar a produção em circulação em escala global.

Essa forma de produção está conectada com as características do mercado de escala. Produzir em grande quantidade para atender as necessidades de um mercado sempre em expansão, comandado por grandes empresas e corporações que



dominam a comercialização dos alimentos (mercadorias). Existem, assim, produtos específicos voltados ao mercado de exportação.

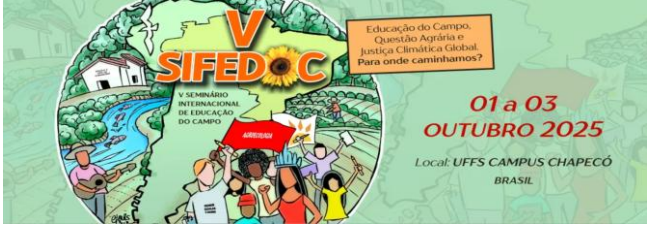
Essa forma que determina o mercado capitalista globalizado exige a expansão da atividade produtiva, o que, evidentemente, retira a lógica do campesinato de produção. O princípio dominante é o de “sujeitá-los a uma lógica de mercado, afastando-os de sua autonomia produtiva e de suas condições de recriação, que pode culminar, na visão de muitos, no total remodelamento do campesinato, distanciando-o de seu formato original, tal qual conhecemos hoje. ” (Lima, 2016, p. 81).

Isso demostra que o mercado globalizado é um entrave para os camponeses e um desafio a ser superado ao compreender que para adentrar nesse mercado os camponeses têm que se sujeitar às ordens e regras vigentes. Ou seja, “a ordem, que se sustenta em normas de amplo alcance que determinam parâmetros de inclusão e exclusão ao mercado dos que ofertam produtos” (Paulino, 2008, p. 85).

Na contramão da economia convencional, o objeto desta pesquisa revela “a resistência desses camponeses ao construir novas utopias e resgatar outras, as quais estão ancoradas na ordem moral camponesa, na lógica da terra de trabalho e vida que marcam grande parte do campesinato, sobretudo, ao se relacionar com o mercado” (Ferreira e Cepolini, 2018, p. 15). Isso mostra que os camponeses e as camponesas acreditam que é possível a construção alternativa de mercados enquanto parte de sua trajetória e resistência.

Assim, Paulino (2008), com base nos estudos de Ploeg (2009), afirma que os camponeses lutam por autonomia a partir da posse da terra, do controle de produção, de sementes, da logística de distribuição e da comercialização. Por isso, a necessidade de o camponês ter acesso à terra e garantir a produção de sua existência.

Paulino (2008) ainda destaca que os mercados agrícolas e alimentares nos países ricos nunca deixaram de ser governados por intervenções e regulamentações políticas favoráveis aos camponeses e, obviamente, não abdicaram de operações estratégicas imprescindíveis ao fortalecimento dos grupos de agronegócio, os ditos impérios alimentares. Assim, para Ploeg (2009), o mercado é o flagelo do campesinato, supondo uma relação inversamente proporcional entre dependência a recursos externos, a recampenização e a luta por autonomia.



É na busca por alternativas que a Agroecologia vem sendo cada vez mais fomentada, pois ela possibilita diminuir a dependência do mercado para a produção e, também, busca construir mecanismos alternativos de mercado, priorizando a venda direta e os mercados locais. Neste sentido, a Agroecologia está alicerçada sobre os conhecimentos de comunidades tradicionais, indígenas e camponesas. Esses conhecimentos, articulados aos conhecimentos científicos, são fundamentais para a reconfiguração dos sistemas agroalimentares, da produção ao consumo.

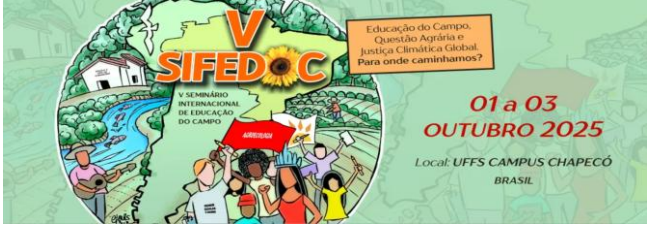
A Agroecologia apresenta-se como uma alternativa ao modelo de produção capitalista, na medida em que adota uma postura crítica frente aos seus impactos ambientais e para a saúde humana, ao mesmo tempo em que reconhece a injustiça social, econômica e ambiental inerente à sua forma de organização.

A formação do acampamento Recanto da Natureza

O acampamento Recanto da Natureza é resultado da luta coletiva de famílias de origem camponesa em luta por dignidade e por um pedaço de terra. Juntas, elas se organizaram e ocuparam a Fazenda Rio Verde, localizada a aproximadamente 20 km de distância da sede do município de Laranjeiras do Sul, Paraná. O acesso ao acampamento, a partir da cidade de Laranjeiras do Sul, se faz pela BR 158. Após cerca de 12 quilômetros na rodovia é necessário percorrer mais 13 quilômetros em estrada de terra.

Na década de 1990, as grandes cooperativas, como a Cooperativa dos Produtores de Sementes (Coprossel), estavam se expandindo e ocupando áreas que os agricultores camponeses trabalhavam na condição de arrendatários, já que possuíam maquinários e produziam orientados pelo mercado capitalista. Como o Entrevistado 02 (2023) relatou:

> Eu era peão dessa fazenda, morava aqui e fomos expulsos pelo fazendeiro, porque até aquele período, ele arrendava terra para os colonos. Sabe aqueles trabalhos de arrendatários? Tinha uns seis pequenos agricultores, outras pessoas sem terra da Comunidade do Rio Verde que trabalhavam para ganhar porcentagem. Naquele período os fazendeiros que tinham capital compraram máquinas, outros arrendaram as terras.



O Entrevistado destacou, ainda, que “o fazendeiro começo arrendar para outros caras grande aí. E nós era só peão aqui! Então, o que ele fez foi mandá nós sair daqui”. Ressaltou, também, que um dos fatores que ocasionou a expulsão foi o fato de que “ele [proprietário da fazenda] já tinha fechado contrato com a cooperativa Coprossel. Essa tinha a estrutura, tanta financeira como de maquinário”.

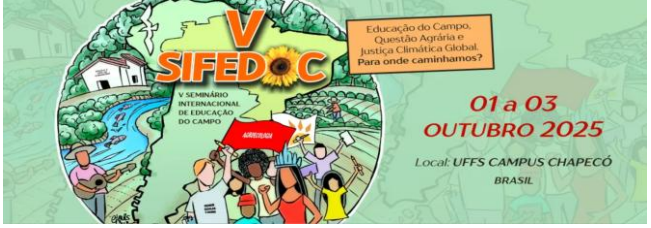
Conforme os entrevistados 01 e 02 (2023) e 03 e 04 (2024), as famílias, percebendo a necessidade de terem um pedaço de terra para trabalhar, ter dignidade e uma vida melhor para seus familiares, se organizaram para a formação do acampamento. Surgiram, então, as primeiras reuniões das famílias com as lideranças do Sindicato Rural e os representantes do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em que a decisão coletiva foi pela ocupação da área.

O acampamento Recanto da Natureza foi constituído em 30 de março de 1999, a partir da iniciativa de 46 famílias. A área destinada à ocupação apresentava extensão limitada, correspondendo a aproximadamente 340 hectares, dos quais 72 eram reservados à preservação ambiental. Segundo Zeneratti, Duarte e Martins (2017, p. 07):

> Esta forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar no local todas as famílias que participaram da luta, as remanescentes partem para outros desafios, nestes termos ficaram no acampamento somente as famílias que poderão ser assentadas no local, portanto, atualmente o acampamento conta com 22 famílias.

O Entrevistado 01 (2023) ressaltou que, após adentrarem na área e realizarem a ocupação, as famílias se auto organizaram, realizaram trabalhos coletivos, como as plantações, as construções, as vigias noturnas e os encontros para formação do MST. Diante da demora para a efetivação do assentamento e a regularização da área pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), as famílias se reuniram e, coletivamente, em 2006, decidiram efetivar por conta própria a divisão dos lotes para, assim, construírem um modelo de produção e comercialização criando estratégias de luta e melhoria na qualidade de vida.

Conforme relatado pelo Entrevistado 02 (2023): “Quando nós chegamos, nós plantávamos coletivo, mas não dava mais devido o sofrimento, lona tudo furada e passando fome. Foi aí que medimos por conta própria, decidimos ir pra cima dos lotes”. Com a nova organização após a distribuição dos lotes, novas regras foram



estabelecidas visando garantir a efetivação da permanência na área. Entre essas normas estavam: proibido vender e arrendar a terra; proibido plantar sementes transgênicas, vender madeira das áreas de reserva ambiental, caçar, dentre outras.

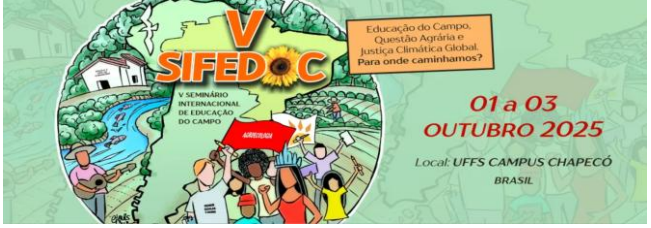
Ademais, percebeu-se, nas entrevistas, que a auto-organização entre os moradores era bem efetiva e respeitada, isso devido às formações e reuniões semanais dos grupos do MST. O Entrevistado 02 (2023) destacou a importância das reuniões da seguinte forma: “Nós nos reuníamos e antes de iniciar as nossas reuniões e encontros de formações e discussões para estratégias pro acampamento, fazíamos gritos de ordem! Aquilo entrava na nossa cabeça dê um jeito! Então, aqui, nós não deixamos entrar veneno nenhum!”. Por meio dos diálogos, foi possível perceber que apesar da esperança pela terra e por uma vida melhor, algumas famílias, devido às dificuldades enfrentadas, desistiram do acampamento.

No início, eram 27 famílias, no entanto, 07 delas foram embora diante das inúmeras dificuldades para permanecer na área ocupada. Conforme relatou o Entrevistado 01 (2023): “Estamos aqui, hoje, em 20 famílias. Os outros vão embora para outros lugares. Maioria não se adéqua às regras e outros porque decerto não gostaram mesmo”. As famílias que permaneceram construíram suas casas e seguem na resistência de luta pela terra.

Assim, conforme os dados coletados, as dificuldades também estão relacionadas com a não regulamentação dos lotes, impedindo a formação de um assentamento. Isso resulta na falta de infraestrutura, acesso ao crédito para benfeitorias e melhoria das moradias e falta de políticas públicas. Salienta o Entrevistado 01 (2023): “os caras do INCRA vieram aqui, mais, infelizmente, nunca foi resolvido nada. Agora está meio usucapião, mas não existe muito interesse. Por isso, que aqui ainda é acampamento e não assentamento”.

Assim, é notória a falta de interesse político para a realização da reforma agrária. Como também destacou a Entrevistada 03 (2024):

> No momento, a falta de políticas públicas é a nossa maior dificuldade que temos aqui. Por nós não ter o documento da terra, você escreve um projeto e não consegue. Eu mesma, tentei um financiamento via cooperativa de crédito, mas, infelizmente, não consegui, devido à burocracia e à falta de documento do lote.



Essa situação resulta em insegurança nas famílias acampadas que não conseguem planejar o futuro do acampamento com a certeza da regularização. Mesmo assim, o processo de produção continuou, com modelo específico, pautado na Agroecologia, com a comercialização das cestas agroecológicas, objeto central desta pesquisa.

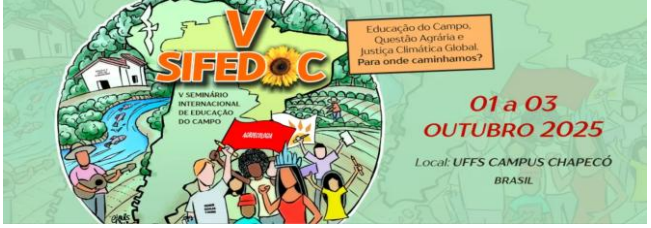
A produção de alimentos e a comercialização de cestas agroecológicas

As famílias camponesas buscam estratégias e práticas alternativas para resistir ao modelo do mercado convencional. Conforme enfatiza Perez-Cassarino (2016, p. 52), “uma das alternativas em construção nos últimos anos no âmbito dos movimentos sociais do campo e da academia tem sido a proposta da agroecologia”, a qual surge de uma construção coletiva, como resistência, valorizando os diferentes conhecimentos na agricultura.

A ideia de montar e comercializar as cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza surgiu a partir da necessidade de estabelecer relações diretas entre as famílias camponesas e os consumidores, no ano de 2020. A pandemia de Covid-19, no início de 2020, impediu a realização das feiras agroecológicas. Com as feiras suspensas devido às regras de isolamento social para diminuir a circulação do vírus da Covid-19, as famílias precisaram de alternativas para seguir com a comercialização dos produtos.

O processo de comercialização por meio das cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza envolve várias etapas e aspectos importantes relacionados à produção agroecológica, o que consideramos como alternativas para o campesinato na sua relação com o mercado.

A pesquisa demonstrou que o método de venda ocorre da seguinte forma: nos primeiros dias da semana, as famílias informam ao organizador, via WhatsApp, sobre a disponibilidade de produtos para entrega. O responsável pela comunicação encaminha a lista dos produtos disponíveis para os clientes, também via WhatsApp. Os clientes realizam o pedido até a quinta-feira da mesma semana e, depois, com base nos pedidos, o responsável comunica as famílias sobre a quantidade de cada produto encomendada para a produção das cestas.



As famílias colhem seus produtos frescos nas quintas-feiras e embalam os produtos perecíveis na sexta de manhã. O motorista, com caminhão, passa nas residências recolhendo os produtos e leva tudo para a sede da associação. Neste local, os pedidos são organizados, separados e embalados nas sacolas, pelas famílias responsáveis pelos produtos. Após isso, é realizada a entrega domiciliar de cada cesta nas casas dos clientes (Figura 01).

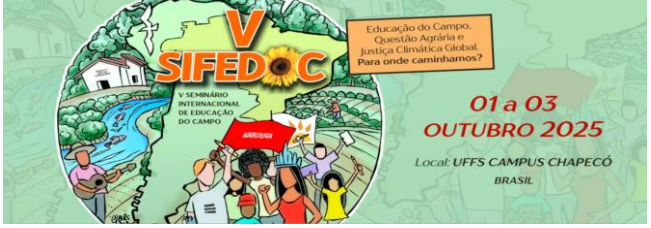
Figura 01: Cestas agroecológicas entregues para os clientes



Fonte: pesquisa de campo, 2023.

A Entrevistada 04 (2024) destacou que, apesar de o consumo das cestas ser importante para a geração de renda, ele não só é limitado pelo preço, mas ainda existe a falta de conscientização das famílias. Segundo ela, a classe trabalhadora no geral escolhe os alimentos pelo preço e facilidade de acesso no supermercado, já aqueles que teriam condições de comprar as cestas, por vezes, desconhecem a importância dos alimentos orgânicos. Os entrevistados 03 e 05 (2024) apontaram perspectivas animadoras, devido à renda que adquirem com as cestas. Conforme destaca a Entrevistada 03 (2024): “as expectativas são grandes, mas vai depender muito das demandas de produção”.

Percebeu-se que a renda obtida na comercialização das cestas possibilitou a melhoria de vida, porém, como renda complementar, já que ela varia muito



dependendo do mês, conforme relato dos entrevistados. Ao ser questionado se a renda obtida por meio da comercialização da cesta é satisfatória, o Entrevistado 01 (2023) afirmou: “para mim é satisfatória. Quase metade da minha renda”.

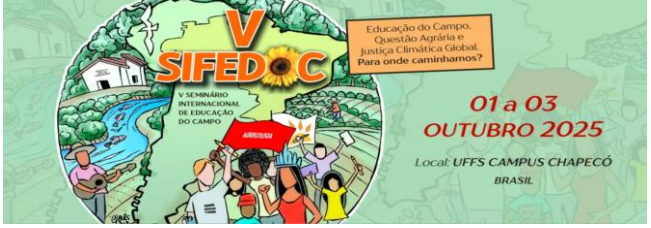
Já o Entrevistado 02 (2023) afirmou que: “a minha não chega nem em 15% [do total da renda da família]. Não aumentou, na verdade baixou, alguns consumidores pararam porque foram embora”. E, ainda: “nós não fizemos muita divulgação também, mas não conseguimos aumentar a quantidade de consumidor”. Para os entrevistados 04 e 05 (2024), a renda é satisfatória, porém ocorre uma variação conforme os meses de produção.

Apesar de a comercialização se manter constante, a expectativa de aumento no volume da produção comercializada anima muito as famílias, podendo avançar com o passar do tempo. Percebemos que apesar das dificuldades enfrentadas pelos camponeses no acampamento Recanto da Natureza, as expectativas são promissoras em relação ao futuro. Porém, é notório que todas as conquistas foram e serão por meio de lutas permanentes e dependem da efetivação da política da reforma agrária.

Conclusão

A pesquisa permitiu compreender as estratégias e os caminhos para a comercialização dos produtos agroecológicos produzidos no acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul – Paraná. Permitiu compreender a realidade do campesinato e do mercado, apresentando a produção de cestas agroecológicas no acampamento e a sua comercialização como forma potente de luta e de resistência.

Ficou evidente que as famílias camponesas, por meio da luta e da resistência, permanecem criando estratégias de permanência no acampamento. Porém, a falta de políticas públicas é destacada como um entrave para o desenvolvimento da vida, em suas diferentes dimensões. Entre as principais políticas demandadas, estão: reforma agrária – a necessidade do título para a obtenção definitiva da terra; subsídios para a produção agroecológica; transporte e logística para a distribuição e comercialização dos produtos orgânicos.



Este trabalho permitiu compreender a resistência do campesinato, seu senso de pertencimento, sua identidade e a luta pela manutenção da autonomia, elementos fundamentais para a resistência no campo. Trata-se de uma resistência pautada na autonomia, ainda que relativa frente ao modelo hegemônico do capitalismo, materializado no campo por meio do agronegócio.

Conclui-se, assim, que a inexistência de políticas públicas, em especial da reforma agrária, dificulta o desenvolvimento da Agroecologia. Em que pese as contradições existentes, as famílias camponesas mantêm relações com o mercado. Entretanto, são notórias as diferenças entre as relações com o mercado via produção convencional e via cestas agroecológicas. Destacamos o fundamental papel das cestas para ampliar a autonomia camponesa em todos os aspectos, da produção até a comercialização dos alimentos.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004

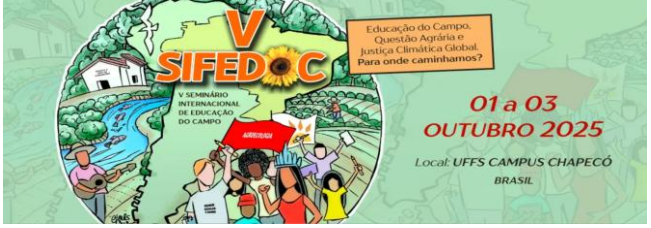
CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. Redesenhando os mercados: a proposta dos circuitos de proximidade. **Espacio Regional**, Osorno, v. 1, n. 13, p. 49-65, enero – junio, 2016.

FERREIRA, G.; CEPOLINI, E. A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês. **Revista Espaço Acadêmico**. 203, 14-26. 2018.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. *In:* CALDART, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigoto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224>. Acesso em: jan. 2024.

LIMA, V. R. P. de. **Gestão dos recursos hídricos**: conflito e negociação da água do Canal da Redenção – Sertão da Paraíba. 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Programa de Pós-Graduação em Geografia, João Pessoa, 2009.



MORRISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **ComCiência**, Campinas, n. 120, p. 1, 2010.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PAULINO, T**. Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*.* Trad. Rita Pereira. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo. Unesp, 2016.

PLOEG, J. D. V. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** *In:* PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do Futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ZENERATTI, F. L.; DUARTE, V. P. MARTINS, M. **A luta pela terra e a formação do acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul/Pr**. *In*: **Anais** do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017.